

Balanco inicial da literatura sobre a Gestão Lula

Rudá Ricci*



A literatura sobre as duas gestões do lulismo está ainda em formação.

Mas é possível compreendê-la, num balanço da produção analítica até 2009, entre dois pólos que se cristalizam em duas obras: a caracterização do governo como de transição e a caracterização como **continuismo** da agenda neoliberal ou liberal. No primeiro pólo, destaca-se a obra de Juarez Guimarães, “A Esperança Equilibrada” (GUIMARÃES, 2004); no outro extremo, a coletânea organizada por João Antônio de Paula, “Adeus ao Desenvolvimento” (PAULA, 2005).

Entre os dois extremos, há obras de testemunho (BETTO, 2006; POLETTO, 2005; KOTSCHO, 2006), de narração (ANTUNES, 2006; HIPOLITO, 2005); de balanço e análise (ARAÚJO, 2006; FILGUEIRAS & GONÇALVES, 2007; GALL, 2005), além de tentativas de teorização, ainda que num preâmbulo ensaístico, como os de José de Souza Martins e Francisco de Oliveira¹.

¹Excluí deste rol toda produção de natureza oficial - por sua baixa capacidade crítica -, assim como aquela dedicada ao embate político,

O livro de Juarez Guimarães, uma coletânea de artigos publicados originalmente no boletim eletrônico Periscópio, possui um prefácio elaborado por Marilena Chauí que sintetiza as observações do autor, que passou a reproduzir:

[o autor] examina, sobretudo, cinco tradições políticas brasileiras que apontam na direção do republicanismo: o comunitarismo cristão, o nacional-desenvolvimentismo, o liberalismo ético, o socialismo democrático e a tradição popular, apontando em cada uma delas as contribuições e limites a serem superados. O comunitarismo cristão (de origem ibérica) afirma o primado do bem comum e o senso concreto da justiça, traz para o republicanismo a idéia e a prática da solidariedade, mas falta-lhe a experiência do pluralismo democrático. O nacional-desenvolvimentismo afirma uma perspectiva antioligárquica (mesmo que não chegue a ser democrático), traz as

ideológico ou partidário - por ser um campo demarcado por interesses nem sempre explícitos do jogo de poder, que dificultaria a localização do leitor. Há publicações que se situam na franja entre um libelo político-partidário e uma tentativa de análise da gestão Lula. Este é o caso, entre outros, do livro de José Prata Araújo (ARAÚJO, 2006). Em virtude do autor deste livro procurar estabelecer uma constante comparação do governo Lula com o governo FHC, declaradamente negativa para o segundo, decidi excluí-lo deste capítulo por sua baixa capacidade crítica, aproximando-se de uma defesa incondicional.

idéias de autonomia e soberania da nação e as de cidadania e inclusão social, mas seu limite encontra-se no privilégio conferido ao Estado e não ao público, e à unidade nacional e não aos conflitos. O liberalismo ético, cuja dimensão dramática e, por vezes, trágica se exprime na obra de seu expoente, Raymundo Faoro (e por isso, para Juarez Guimarães, o liberalismo não é uma “idéia fora do lugar”, seja no sentido de Oliveira Vianna, seja no de Roberto Schwarz) traz as idéias dos direitos civis e do pluralismo político, mas seu limite é dado pela incapacidade para formular uma resposta à questão nacional e oferecer uma concepção forte de justiça social. O socialismo democrático traz a promessa laica de um novo princípio civilizatório, alternativo ao capitalismo, afirmando o abandono da ordem mercantil por uma lógica assentada na expressão do público e numa visão épica da democracia participativa. A tradição popular traz a vida associativa e participativa, sedimentada no sentimento de solidariedade e no senso da justiça. (GUIMARÃES, 2004: 13).

Chauí ressalta a hipótese de Guimarães a partir desta peculiar contribuição de matrizes políticas ao republicanismo brasileiro: ao governo Lula restaria apenas três atitudes. A primeira, o socialismo imediatamente implantado, que isolaria a esquerda, segundo o autor. A segunda, do liberalismo de tipo economicista, que colocaria como aliadas as forças conservadoras e patrimonialistas do país. E a terceira, a do republicanismo, ampliando o espaço público, fundando a noção sistêmica de nação, do ideal cívico da cidadania ativa. Ocorre que, segundo se sugere, o republicanismo bebe nas águas originadas em muitas fontes.

O esforço de Guimarães tem início pela tentativa de demonstrar que o Partido dos Trabalhadores é o partido talhado para implementar a plataforma republicana. O autor sustenta que a este partido convergiram a força orgânica ligada às classes trabalhadoras com a ordem política, em torno da construção da nação (referindo-se a Caio Prado), a superação do subdesenvolvimento em uma dinâmica que combina mercado interno e distribuição de renda (referindo-se a Celso Furtado), a delimitação entre público e privado (referindo-se a Raimundo Faoro) e a ética da compaixão (referindo-se ao comunitarismo cristão).

Em seguida, procura traçar um programa de transição, iniciado pela redução do poder dos mercados, em especial, o financeiro, num aberto confronto com a plataforma neoliberal. Em seguida, a diminuição da vulnerabilidade externa da economia nacional. E, finalmente, a emergência do Estado regulador, que adote política keynesianas anticíclicas ou estimuladoras do desenvolvimento. Desenha etapas concretas, em cinco atos:

- a) A consolidação da governabilidade, em que a força política eleita toma posse do manejo dos instrumentos do Estado;
- b) A transição dos paradigmas, estabelecendo políticas de regulação do mercado;
- c) Novo paradigma consolidado;
- d) Crescimento sustentado, com distribuição de renda e inclusão social;
- e) A implantação do que o autor denomina de economia do setor público, marcada pela regulação estatal, pela negociação

permanente dos agentes públicos com agentes privados e retomada do planejamento estatal ("choque de regulação").

O programa Fome Zero é, assim, compreendido como parte integrante desta perspectiva republicana, inclusiva, de ampliação da cidadania. Guimarães sugere que vai além do nacional-desenvolvimentismo, porque se sustenta na dimensão pública e não meramente na estatal. Esta trajetória analítica deságua, finalmente, na construção do que seria um **contrato social** republicano, a partir do lulismo: um pacto social que firmasse as bases de um novo desenvolvimento. A Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, e a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) seriam os dois pilares visíveis da tentativa de formalização deste pacto. Contudo, ainda na primeira gestão, o autor admite que a nova contratação social havia se implantado apenas parcialmente. Segundo autor, em virtude da assimetria da presença dos interesses privatistas na ordem estatal brasileira e, ainda, pela falta de lugar do capital financeiro nesta nova lógica, pela sua própria natureza autóctone e desregulamentada, até então. Os casos de corrupção que se avolumam a partir de 2004 seriam, nesta ótica, a face da **republicanização incompleta**, em que o privatismo faz da corrupção um sistema endógeno das práticas políticas nacionais.

O livro de Guimarães é a tentativa mais elaborada de compreensão dos limites do lulismo. Tratar-se-ia de uma transição a partir de uma nova concertação social². E, como toda

concertação, estaria fadada a instabilidades e múltiplas tentativas de inclusão do maior número possível de atores sociais. Daí não se tratar de um pacto social, formal e definido a partir do Estado, mas de um processo de negociação, acionado por um governo que vai formalizando acordos gradativamente.

O lulismo, contudo, não se forjou nitidamente desde o início da primeira gestão. Foi se formatando e ganhou seus contornos mais nítidos após a crise aberta em 2004. Neste sentido, a análise de Guimarães apresenta com clareza seus limites e não necessariamente suas virtudes e intenções. O autor faz uma digressão *pos factum* que lhe confere sentido e acabamento.

No outro extremo, encontra-se a obra organizada por João Antonio de Paula, "Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula". Trata-se de uma coletânea de artigos extremamente críticos ao governo Lula que tem como pedra de toque a permanência do capitalismo dependente e da agenda neoliberal, no que seria uma evidente capitulação do governo petista. A caracterização do governo Lula para o autor da coletânea é assim sintetizada:

maior, pois representa "a instrumentação formal de um processo de negociação coletiva deliberadamente instalada para alcançá-la", enquanto a concertação social é "apenas a troca informal de pontos de vista que possam dar lastro a normatização estatal ou profissional" (PINTO, 1998:199). Para Cassio Mesquita de Barros "a doutrina considera, hoje, a concertação social um processo enquanto que os Pactos Sociais, acordos básicos resultado de discussões e contratos que podem ou não resultar de um sistema de concertação social. O foro onde o sistema de concertação social se desenvolve é muito informal e até pode não existir" (Pacto social e a construção de uma sociedade democrática. Rev. LTr. Vol. 52, n.º 03, março de 1988. p. 283).

² A doutrina jurídica distingue pacto de concertação social, sendo o primeiro um acordo formal e o segundo o resultado de uma negociação política. Para José Augusto Rodrigues, o pacto teria uma relevância jurídica

“(...) não é injusto ou inexacto caracterizar o governo Lula como social-liberal, isto é, um governo que promovendo algumas políticas com conteúdo social, não assistencialistas, se caracteriza, essencialmente, por sua submissão ao neoliberalismo e suas nefastas conseqüências, sobretudo, sobre o emprego, a renda, a infra-estrutura, sobre as condições de vida de grande parte da população brasileira.” (PAULA, 2005:33).

Na mesma coletânea, João Machado Borges Neto reforça a caracterização:

“(...) já não cabem dúvidas quanto à natureza do governo Lula. Sua orientação geral está perfeitamente clara: adotou uma política macro-econômica explicitamente neoliberal, enquanto pôde, encaminhou reformas (de fato, contra-reformas) cujo conteúdo neoliberal é indiscutível (a reforma da Previdência, a Lei de Falências, o projeto das Parcerias Público-Privadas). Além disso, foram anunciados projetos, já com contornos básicos definidos, que têm o mesmo caráter (os projetos das reformas sindical e trabalhista).” (PAULA, 2005:69).

Mas João Machado, logo adiante, admite que existiram atenuantes a esta tipologia, citando a gestão de Carlos Lessa (à frente do BNDES) como foco de resistência à orientação neoliberal, assim como a Secretaria de Economia Solidária (do Ministério do Trabalho, dirigida por Paul Singer) e a política externa. Também cita os ministérios do Desenvolvimento Agrário e das Cidades (na gestão Olívio Dutra) que teriam mantido “diálogo importante com setores dos movimentos sociais brasileiros” (PAULA; 2005: 70). A análise se desloca, a partir daí, para a compreensão do governo como tendo vínculos **preferenciais** com o grande

capital, o que manteria o país em rota de dependência **neocolonial**, retomando conceitos que se reportam ao debate clássico do marxismo.

Num terceiro artigo, Fernando Cardim de Carvalho destaca o divisor de águas que a crise aberta em 2004 e 2005 teria significado no interior do PT. Sugere que, de um lado, estariam alinhados os *realistas* que lançariam mão da correlação de forças ainda desfavorável para uma ação efetivamente transformadora, além do governo Lula ainda estar aprendendo a governar e negociar interesses. Na outra ponta, estariam perfilados os petistas que o autor denomina de *moralistas* que teria se desapontado com o governo Lula. (PAULA, 2005:93). O autor, contudo, sugere que ambos os segmentos estariam limitados à redistribuição de renda via política fiscal e ampliação do acesso à propriedade e não efetivamente à ruptura com o padrão societário do país, o que significaria uma derrota política e moral para a esquerda nacional.

As ações e políticas adotadas pelo governo Lula na sua segunda gestão atenuam o vaticínio deste conjunto de análises mais críticas. Possivelmente porque esta coletânea organizada pelo professor de economia da Universidade Federal de Minas Gerais tenha adotado esquemas analíticos clássicos do marxismo e, em especial, do trotskismo, limitando o foco sobre a realidade errática e permanente em construção da gestão Lula. Daí certa dificuldade em enquadrar esta gestão como neoliberal, obrigando alguns autores a deslocar a análise para aproximações gradativas que geram um rol significativo de exceções. Não por outro motivo, a análise sobre a política econômica aparece mais segura que a realizada sobre a movimentação política do

governo e os impactos das políticas sociais sobre a mobilidade social em curso. Este livro, entretanto, emerge como a tentativa mais organizada de crítica, pela esquerda, ao governo Lula, configurando um esforço interpretativo importante. Suas fragilidades analíticas revelam justamente as dificuldades deste campo ideológico e político (ou mesmo acadêmico) em estabelecer referenciais concretos e inovadores de teorização sobre um governo que rompe com a lógica histórica do sistema partidário do país.

As dificuldades de teorização do mundo acadêmico sobre o governo Lula, como veremos, não se limitam aos esforços desta corrente de estudiosos. Perseguiu expoentes de maior projeção pública, Francisco de Oliveira. Em sua carta de desfiliação do PT, Oliveira critica o governo Lula que teria adotado um programa que não havia sido apresentado aos eleitores. Sua carta é ácida:

“Nem o presidente nem muitos dos que estão nos ministérios nem outros que se elegeram para a Câmara dos Deputados e para o Senado da República pediram meu voto para conduzir uma política econômica desastrosa, uma reforma da Previdência anti-trabalhador e pró-sistema financeiro, uma reforma tributária mofina e oligarquizada, uma campanha de descrédito e desmoralização do funcionalismo público, uma inversão de valores republicanos em benefício do ideal liberal do êxito a qualquer preço – o “triunfo da razão cínica”, no dizer de César Benjamin -, uma política de alianças descaracterizadora, uma “caça às bruxas” anacrônica e ressuscitadora das piores práticas stalinistas, um conjunto de políticas que fingem ser sociais quando são apenas funcionalização da pobreza

– enfim, para não me alongar mais, um governo que é o terceiro mandato de FHC.” (OLIVEIRA, 2003)

O autor vincula o programa do governo à mudança de percurso do partido do Presidente da República. E se alinha à sugestão de Luís Werneck Vianna, indicando que o PT no governo seria o prolongamento da longa “via passiva” brasileira, a “expansão do capitalismo da exclusão, a repetição do mesmo, desde o aliancismo desembestado até as políticas dos tíquetes de leite”, que teria deslocado este partido para o centro do sistema partidário.

No início de 2006, Oliveira concede entrevista em que reafirma que o governo Lula negou a possibilidade de transformação social do Brasil a partir do “seqüestro dos movimentos sociais”, configurando o “quarto mandato neoliberal”. Caracteriza o governo Lula como

“Um governo conservador, com uma inclinação de centro-direita, com ausência de participação popular e uma presença e atuação muito fortes de lideranças empresariais burguesas liberais, que são a marca do governo.” (OLIVEIRA, 2006a).

Acrescentou, desta feita, um ingrediente à carta de desfiliação: o seqüestro da sociedade civil pelo governo, desmobilizando movimentos sociais, cooptando o movimento sindical através, inclusive, da indicação do presidente da CUT como ministro. Também aprofunda sua crítica à mudança no perfil do PT, em que o grupo dirigente teria constituído uma nova classe social, ocupando conselhos de administração das principais fontes de recursos para investimentos no país, entre elas o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social e os fundos de

pensão. Denominando-os de “novos gestores” Oliveira sugere um paralelo com a nomenclatura soviética.

Em meados do mesmo ano, em entrevista concedida ao jornal Folha de São Paulo ensaia, pela primeira vez, comparação entre Lula e Getúlio, afirmando que seriam antípodas. Lula não seria, para Oliveira, populista justamente porque não inclui o proletariado na política, mas o inverso. E reafirma que “o papel transformador do PT se esgotou” (Oliveira, 2006b). O partido teria ficado dependente da figura do Presidente da República, sugerindo que poderia ter o mesmo destino que o peronismo, onde grupos disputariam o espólio de seu governo, numa luta interna constante.

Surpreendentemente, Oliveira opera uma guinada brusca em 2009, logo após a crise econômica iniciada nos EUA e Europa que denomina de “primeira grande crise da globalização capitalista”. Dada a gravidade da crise, o autor não concebe espaço para um reordenamento elitista como ocorreu em 1930, mas “induzida pelas forças da base da sociedade brasileira”. Mais surpreendente é a nova ossatura assumida pelo PT em seu discurso:

“O PT tem a força sindical, a estrutura sindical tem todos os fundos de pensão sobre seu controle. Então tem recursos para serem remanejados e repactuados com a base trabalhadora; dentro dela o PT desfruta igualmente de massa e representatividade.” (OLIVEIRA, 2009).

No desenho montado por Oliveira, o PT sofreria um *aggiornamento* frente aos desafios mundiais, assumindo ousadia ainda superior ao de JK e Vargas, fazendo “por baixo o que eles tentaram e fizeram por cima; um arranque do

desenvolvimento induzido pela base social”.

Deparamo-nos, portanto, com um movimento analítico dos mais erráticos. Justamente porque Oliveira confunde por algum tempo o governo com a trajetória do partido. Em seguida, percebe que governo supera o partido para, em seguida, retomar o papel do partido como liderança de um novo ciclo de desenvolvimento do país, desde os de baixo. Percebe-se a tentativa de encontrar o demiurgo que incitaria a massa dos brasileiros marginalizados da política a provocar a “modernização completa” de nosso país, rompendo com a tentação – como já havia citado em sua carta de desfiliação – do governo Lula completar a “revolução passiva” brasileira. A busca do demiurgo parece vinculada à urgência de uma crise internacional de grandes proporções, criando condições concretas para a mudança e quebra de paradigmas da ordem política nacional (ao qual o PT e o governo Lula, segundo Oliveira, teriam se enredado). Uma liderança que provocasse a mudança cultural, subjetiva. Enfim, um modelo de transformação dos mais conhecidos da tradição das esquerdas brasileiras o que revelaria grandes dificuldades do autor em aprofundar o mérito e originalidade deste governo mutante.

José de Souza Martins também procurou decifrar o governo Lula. Mas adotou um viés muito distinto dos outros autores, oscilando entre compreender o lulismo como fenômeno meramente conjuntural ou sociológico. Seu artigo mais acabado foi publicado no Caderno Aliás, do jornal O Estado de São Paulo, em setembro de 2006. O texto revela certa perplexidade por Lula ser o “o mais abençoado político brasileiro pela hierarquia católica. E é também abençoado por setores até

importantes das igrejas evangélicas. No âmbito das religiões mais reúne do que espalha. Isso é um milagre”.

Martins não cita esta relação de preferência arbitrariamente. Procura, ao contrário, destacar que a imagem de Lula se confunde com a lógica contraditória de nossa cultura e povo:

“Ele é um poço de imperfeições, que são as imperfeições de todos nós. Vence-as rindo, fazendo pouco caso da perfeição dos outros. Seu partido e seus aliados envolveram-se até as a boca nas águas podres da corrupção para o projeto de permanecerem no poder, na cara nova e insustentável da ditadura do proletariado. Nem uma gota de lama espessa parece tê-lo atingido. (MARTINS, 2006)

Sua análise situa-se no plano da legitimação política. Algo que os outros autores aqui citados pareciam relegar ao mundo das aparências (o que, enfim, não seria a essência deste governo). Mas é justamente neste ponto que parece estar localizado o enigma lulismo: sua racionalidade se constrói a partir da consolidação de sua legitimidade e não a despeito dela. O lulismo é justamente uma construção política popular, vocacionado para se relacionar com as massas urbanas, amorfas e sedentas pela inclusão social.

Martins procura cavar esta trincheira. Sustenta, neste artigo, que Lula permanece porque não deixou o PT se realizar no governo. Lula teria navegado sobre águas seguras porque leu os sinais de sua eleição, que não teria abraçado seu partido. E, assim, colocou-se à serviço das mediações e negociações entre forças contraditórias. Trata-se de uma maneira mais profunda de analisar o pragmatismo, marca do lulismo. Por ser pragmático mantém-se como mediador, o que resulta no pragmatismo

como projeto. Porque, segundo Martins, a alma do povo brasileiro, que Lula parece compreender como ninguém, é dividida.

O lulismo seria, assim, um projeto real ou uma permanente relação com as massas urbanas emergentes? Teria um projeto racionalmente armado – como sugerem todos autores até aqui analisados – ou sua arquitetura de gestão seria forjada a partir da prática de mediação entre interesses contraditórios que formam a alma brasileira?

Este parece ser o cerne do enigma. Algo próximo do que Boaventura Santos denominou de carvalização da nossa cultura política: a transgressão sem ruptura com a ordem. A técnica discursiva de Lula é o exercício permanente deste jogo de cena com suas permanentes quebras de protocolo. O lulismo ensaiaria, assim, a pedagogia política da mediação de uma alma nacional desde sempre dividida. Não apartada, mas contraditória e dividida em cada cidadão brasileiro que construiu sua identidade pelo reflexo que os abastados ou marginalizados fazem em sua vida.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, José Prata. **Um retrato do Brasil: balanço do governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

BARROS, Cássio Mesquita. "Pacto social e a construção de uma sociedade democrática". **Revista LTr**. Vol. 52, n.º 03, março de 1988..

BETTO, Frei. **A mosca azul: reflexão sobre o poder**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz & GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GALL, Norman. **Lula e Mefistófeles**. São Paulo: A Girafa, 2005.

GUIMARÃES, Juarez. **A Esperança Equilibrada: o governo Lula em tempos de transição**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

HIPPOLITO, Lucia, **Por dentro do governo Lula**. São Paulo: Futura, 2005.

KOTSCHO, Ricardo. **Do golpe ao Planalto - Uma vida de repórter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, José de Souza. "O segredo de Lula está na alma do povo", **Caderno Aliás, O**

Estado de São Paulo, domingo, 03 de setembro de 2006, p. J5.

OLIVEIRA, Francisco. "Sociólogo Chico de Oliveira sai do PT", Folha de São Paulo, 14/12/2003, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56441.shtml>.

_____. "Chico de Oliveira: o governo Lula negou a necessidade de transformação", ALAI, América Latina em Movimento, 2006-01-04, <http://alainet.org/active/10264&lang=es>.

_____. "A política interna se tornou irrelevante, diz sociólogo", www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u80641.shtml, em 24/07/2006.

_____. "Vargas redefiniu o país na crise de 30; a chance é que o PT faça o mesmo na primeira grande crise da globalização", Carta Maior, 06/01/2009. http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15467

PAULA, João Antonio (org.). **Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, José Augusto Rodrigues. **Direito sindical e coletivo do trabalho**. São Paulo: LTr, 1998.

POLETTI, Ivo. **Brasil: oportunidades perdidas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.



* **RUDÁ RICCI** é professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e da Universidade Vale do Rio Verde. Blog: <http://rudaricci.blogspot.com/>